

COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES - CNPJ: 04.928.297/0001-00

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.591	19.798
Aplicações financeiras	5	564	65.578
Contas a receber de clientes	6	61.443	62.949
Estoques	7	53.111	38.467
Instrumentos financeiros derivativos	29	6.497	-
Impostos a recuperar	8	22.011	15.858
Partes relacionadas	10	564	-
Outros ativos e adiantamentos	9	3.661	3.481
Total do ativo circulante		172.442	206.131
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	8	495	154
Impostos a recuperar	10	142.304	68.732
Partes relacionadas	8	131.653	122.593
Outros ativos e adiantamentos	9	705	88
Investimentos	11	3.277	4.560
Imobilizado	12	235.375	224.643
Direito de uso	13	1.306	2.550
Intangível	14	14.438	249
Total do ativo não circulante		529.553	423.669
Total do ativo		701.995	629.800

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	15	82.805	69.062
Empréstimos e financiamentos	16	9.518	7.292
Obrigações com arrendamento	17	1.426	1.548
Obrigações sociais	13	9.364	8.232
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	3.795	578
Parcelamentos tributários	18	944	3.661
Instrumentos financeiros derivativos	29	2.832	780
Obrigações tributárias	19	18.677	23.201
Dividendos a distribuir	22	18.354	-
Outras contas a pagar	20	6.400	6.129
Total do passivo circulante		154.115	120.483
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	23.435	23.947
Obrigações com arrendamento	13	-	1.246
Partes relacionadas	10	10.008	-
Impostos diferidos	17	29.209	11.646
Provisão para perdas em processos judiciais	21	1.808	996
Parcelamentos tributários	18	4.565	5.549
Outras contas a pagar	20	3.149	-
Total do passivo não circulante		72.174	43.384
Patrimônio líquido			
Capital social		430.668	430.668
Reserva de lucros		45.285	36.044
Ajustes de avaliação patrimonial		(247)	(779)
Total do patrimônio líquido		475.706	465.933
Total do passivo e patrimônio líquido		701.995	629.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		23	757.417
Custos dos produtos vendidos		24	(560.957)
Lucro bruto		196.460	161.232
Despesas operacionais		25	(59.968)
Despesas com pessoal		25	(58.720)
Despesas com serviços contratados		25	(5.031)
Despesas tributárias		26	(13.355)
Depreciações e amortizações		26	(40.331)
Outras despesas operacionais líquidas		26	(63.592)
Outras receitas		11	(1.073)
Resultado de equivalência		21	(114.886)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		81.574	19.458
Resultado financeiro, líquido		27	49.489
Receitas financeiras		27	(10.866)
Despesas financeiras		27	38.623
Lucro antes dos impostos		120.197	21.933
Imposto de renda e contribuição social correntes		20	(11.229)
Incentivo fiscal do imposto de renda		17	219
Imposto de renda e contribuição social diferidos		17	(17.563)
Lucro líquido do exercício		91.624	16.553

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		91.624	16.553
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultado		532	(779)
Ganhos (perdas) não realizados em hedge de fluxo de caixa		(779)	(779)
Resultado abrangente do exercício		92.156	15.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		91.624	16.553
Lucro líquido do exercício		91.624	16.553
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	12	29.347	23.248
Depreciação de direito de uso	13	1.552	797
Rendimentos de aplicações financeiras		-	(1.753)
Resultado equivalência patrimonial	11	1.073	1.226
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	6	6.993	927
(Estorno) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	6	(5.661)	(1.198)
Provisão (Estorno) para perdas nos estoques	7	132	482
Juros auferidos de empréstimos a partes relacionadas	10	(9.260)	(6.979)
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	12	9.609	4.757
Provisão para impairment e perdas do imobilizado	12	560	1.831
Provisão para perdas com processos judiciais	21	1.747	240
Reversão de provisão para perdas com processos judiciais	21	(911)	(1.285)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	4.296	1.168
Juros sobre arrendamentos	13	107	36
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	11.010	7.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	17.563	(1.798)
Ganhos e perdas não realizados		-	(779)
(Aumento) redução dos ativos		174	(11.446)
Contas a receber de clientes		(14.776)	(1.709)
Estoques		(79.725)	4.885
Outros ativos e adiantamentos		(7.637)	1.869
Depósitos judiciais		(341)	202
Aumento (redução) dos passivos		13.743	22.003
Fornecedores		1.132	2.014
Obrigações sociais		(3.703)	1.666
Parcelamentos tributários		(4.209)	6.323
Obrigações tributárias		24.324	23.435
Outras contas a pagar		88.773	71.205
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.327)	(6.796)
Juros sobre contratos de arrendamentos pagos		(106)	(36)
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos		(4.296)	(1.168)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		76.044	63.205

Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	65.214	54.016
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	10	-	(84.793)
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	10	10.008	-
Recabimento pela venda de investimento	11	210	-
Aquisição de imobilizado	12	(48.605)	(33.372)
Aquisição de intangível	14	(15.732)	(31)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		11.095	(64.180)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	10.005	14.468
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(8.291)	(3.783)
Pagamento de obrigações com arrendamentos	13	(1.677)	(633)
Dividendos propostos	22	(18.354)	-
Outros distribuídos	22	(64.028)	(4.126)
Caixa líquido aplicado nas (utilizado nas) atividades de financiamento		(82.346)	5.926
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		4.793	4.951
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		19.798	14.847
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		24.591	19.798
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		4.793	4.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

hedge, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. c) **Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Quando aplicável e necessário, a provisão para redução do valor realizável é constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios da análise da administração sobre a provisão para perdas com contas a receber de clientes, estão descritos na nota explicativa 3, item g). **Redução ao valor recuperável (impairment)** - Os estoques são avaliados ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condições são contabilizados da seguinte forma: • **Matérias-primas** - custo de aquisição segundo o custo médio. • **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **Provisões de itens obsoletos de estoques** - A Companhia avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e a descontinuação de itens. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoque e também data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício. e) **Investimentos** - Os investimentos da Companhia são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em investidas é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na investida. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Quando mudanças forem diretamente reconhecidas nos patrimônios das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as investidas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida nas investidas. A participação societária nas investidas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos quotistas e/ou acionistas das investidas. As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas investidas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial se há evidência objetiva de que os investimentos nas investidas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das investidas e os valores contábeis e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer a perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre os valores contábeis das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda. A Companhia não possui ação em seus investimentos. f) **Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo do imobilizado inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa. **Custos subsequentes** - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação** - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear às taxas percentuais médias mencionadas na nota explicativa 12, que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. g) **Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado conforme política da Companhia, detalhada a seguir: (a) Quando há evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação é feita a provisão para perdas, e esse processo ocorre quando os ativos financeiros estão com mais de 90 dias de atraso. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. (b) A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação dividida para clientes a prazo do CPC 48. Instrumentos Financeiros, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o aging list. A análise do aging list é categorizada pelo tipo de clientes, como distribuidores, Key accounts regionais, grandes varejistas e outros, e exclui-se os valores a receber de coligadas. O cálculo da provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de 4 (quatro) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2021 e 2020. As provisões baixadas são reconhecidas quando não há expectativa que os valores não são mais recuperáveis. ii) **Ativos não financeiros** - A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases contábeis, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. iii) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) **Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. j) **Receita de contrato com cliente** - O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço de transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia receber pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos e mercadorias** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando for satisfatória a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obter o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos. A Companhia considera se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outros, às quais não se aplica ao modelo de negócios da Companhia). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia considera, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes financeiros significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. **Contraprestação variável - Acréscimos e penalidades por atraso** - A Companhia cobra de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia reconhece as receitas de contrato com cliente - **Descontos por volume e pontualidade no pagamento** - A Companhia oferece descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinadas clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados. **Receta de juros** - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. k) **Receitas financeiras e despesas financeiras** - A Companhia classifica os fluxos de caixa dos juros pagos como atividades operacionais, os fluxos de caixa dos juros recebidos e os dividendos recebidos como atividades de investimento e os fluxos de caixa dos dividendos pagos como atividades de financiamento. l) **Subvenção governamental** - Subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como reduções em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. Os incentivos de ICMS são creditados diretamente nas deduções de vendas e os incentivos de Imposto de Renda são deduzidos na apuração do Imposto de Renda. Os detalhes das subvenções governamentais estão na nota explicativa 28. m) **Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nos aliquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para mais imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **Imposto de renda e contribuição social diferido** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **Imposto de renda e contribuição social correntes** - O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no exercício. A taxação é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferido** - O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas lei

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)							
Notas	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais do imposto de renda				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		390.364	19.488	987	39.317	4.126	454.282
Dividendos antecipados com reserva de lucros	22	-	-	-	-	(4.125)	-
Aumento de capital com reservas	22	40.304	-	(987)	(39.317)	-	(4.125)
Ganhos (perdas) não realizados em hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	16.555	16.555
Destinações:							
Reserva legal	22	-	828	-	-	(828)	-
Incentivo fiscal do imposto de renda	26	-	-	-	85	-	-
Incentivo fiscal de ICMS	22	-	-	5.515	-	(5.515)	-

continuação COMPANHIA PARANENSE DE REFRIGERANTES

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados. **Incentivos fiscais** - A Companhia, com plantas fabris estabelecidas em uma área incentivada, possui redução de 75% do imposto de renda sobre o resultado operacional de operações incentivadas (chamado lucro da exploração), até o limite de produção estabelecido nos projetos aprovados. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas. Os prazos concedidos à Companhia para usufruir do incentivo fiscal encerrou-se no início do exercício de 2020. Durante o exercício de 2021, a administração realizou o pleito de renovação de incentivo e o processo ainda está sob a análise da SUDAM. **n) Arrendamentos** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **i) Como arrendatário** - A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento realizados durante o período de tempo em troca de contraprestação, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia utilizou-se de uma taxa incremental de empréstimos de 5,33% para veículos e imóveis a qual corresponde ao custo de captação dos arrendamentos mais recentes. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreenderam os pagamentos fixos. Os pagamentos de alugueis variáveis em virtude da impossibilidade de mensuração dessa estimativa, foram considerados como despesa no resultado do período. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O Grupo reavaliou o direito de uso dos ativos de arrendamento com base em novas negociações realizadas com os arrendadores, os efeitos estão descritos na nota explicativa 13. **ii) Como arrendador** - A Companhia não registrou transações de arrendamentos como arrendador. **o) Ativo intangível** - A Companhia reconhece inicialmente um ativo intangível ao custo. Após o reconhecimento inicial, a mensuração é atualizada considerando os custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de exclusividade de serviços começa a partir do período em que a Companhia tem o direito de vender determinada marca, até o final do período de exclusividade. **p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor, são as seguintes: **Classificação de passivos como circulante ou não circulante** - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: "O que significa um direito de postergar a liquidação." "Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório." "Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação." "Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação." As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **1) Imobilizado**; **Referência à Estrutura Conceitual** (Alterações ao CPC 27); **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2** (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); **Referência à Estrutura Conceitual** (Alterações ao CPC 15).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	298	769
Contas correntes em bancos	8.864	5.740
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.629	13.283
	24.591	19.798

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB não compromissados e fundos de investimento não exclusivos, livres para resgate e avaliadas ao valor de realização, a rentabilidade média de 5,10% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (2,42% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Essas operações são realizadas junto a instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito.

5. Aplicações financeiras

Instituição financeira	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Credit Suisse Hedging - Griffo (CSHG)	Fundo de investimento Multimercado	364	65.578
Títulos de capitalização		200	-
		564	65.578

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há contas a receber de clientes dadas em garantia de empréstimos e financiamentos, e/ou outros passivos da Companhia.

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Key accounts e outros	56.559	57.076
Contas a receber de partes relacionadas (nota 10)	8.895	8.486
Cheques em cobrança	-	60
Cientes consignação	-	6
	65.454	65.628
	(4.011)	(2.679)
	61.443	62.949

Quando o crédito é estendido além dos prazos usuais, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes são revisados para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. O registro contábil dos juros efetivos acontece no momento da quitação do título e é reconhecido no grupo de receitas. Em 31 de dezembro de 2021, o giro médio das contas a receber de clientes da Companhia é de 23 dias (37 dias em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(2.679)	(2.950)
(+) Provisões	(6.993)	(927)
(-) Reversões	5.661	1.198
Saldo final	(4.011)	(2.679)

Os valores adicionados na movimentação perdas em estoque refere-se 100% a partes e peças de manutenção e suprimentos, com baixo giro de estoque. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7. Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Insumos de produção	23.477	18.426
Materiais de manutenção e suprimentos	13.305	10.742
Mercadorias para revenda	10.441	4.844
Produtos próprios	4.337	3.969
Estoques em trânsito	2.480	1.260
Material de propaganda	36	53
	54.076	39.300
	(965)	(833)
	53.111	38.467

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para perdas do estoque é considerada suficiente pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o giro médio dos estoques de produtos acabados da Companhia é de 34 dias (30 dias em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação da provisão para perdas em estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(833)	(351)
(+) Provisões	(2.125)	(833)
(-) Reversões	1.993	351
Saldo final	(965)	(833)

Os valores adicionados na movimentação perdas em estoque refere-se 100% a partes e peças de manutenção e suprimentos, com baixo giro de estoque. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IPI a recuperar (a)	58.086	58.734
IRPJ e CSLL a recuperar	16.315	11.154
ICMS a recuperar	7.201	7.412
Pagamento antecipado de parcelamentos tributários (b)	4.403	7.137
PIS e COFINS a recuperar (c)	78.153	-
Outros	157	150
	164.315	84.589

Circulante 22.011 15.858

Não circulante 142.304 68.732

(a) Em função de alterações introduzidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), desde 2010 na forma de tributação do IPI nas saídas de produtos, que passou a ser por pauta e não mais por alíquota, a Companhia vem acumulando créditos de IPI na sua operação. Desta forma, os créditos de IPI, referem-se em grande parte, a créditos presumidos com a operação na ZFM (Zona Franca de Manaus). De acordo com a análise de recuperabilidade dos créditos fiscais elaborada pela Administração, a Companhia realizará totalmente esses créditos de IPI, sendo parte com operações futuras e outra parte pela compensação com outros tributos federais. Essa análise considerou as melhores estimativas realizadas pela Administração relacionadas à geração de débitos e créditos tributários, com base nas operações previstas de venda de produtos, aquisição de insumos e premissas de reajuste de alíquotas e pautas. Abaixo a expectativa de realização dos saldos:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	12.797
2022	12.689	12.797
2023	13.619	12.797
2024	13.619	12.797
2025	13.619	7.546
	4.540	58.734
	58.086	58.734

(b) Saldo referente a Parcelamento da Lei nº 11.941, pagos de forma antecipada a consolidação dos pedidos de parcelamento, os valores serão compensados.

(c) Reconhecimento dos créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Processo nº 1000198-33.2016.4.01.3900). A Companhia reconheceu em 30 de junho de 2021, crédito tributário em ação judicial que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no valor total de R\$78.113, sendo R\$50.139 de principal e R\$27.974 de atualização monetária. O crédito tributário foi constituído tendo em vista o julgamento de mérito proferido em maio de 2021 pelo Supremo Tribunal Federal no processo principal da matéria (ação de reconhecida repercussão geral - RE nº 574.706), em decisão favorável aos contribuintes.

9. Outros ativos e adiantamentos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de salários	776	733
Despesas antecipadas	1.536	663
Propaganda participada	164	408
Devolução para fornecedores	352	199
Outros (a)	1.538	1.566
	4.366	3.569

Circulante 3.661 3.481

Não circulante 705 81

(a) Composto por R\$ 870 provisão de acordos comerciais negociados em 2021, R\$ 3 reembolso de multas de trânsito, R\$ 12 valores pendentes de prestação de contas do motoristas, R\$ 618 provisão para variação no preço de insumos e R\$ 35 reclamações de avarias e sinistros.

10. Partes relacionadas

Sociedades investidoras

Denominação	Atividades preponderantes
Apert Participações S.A.	Holding societária
Juma Participações S.A.	Holding societária
Coca-Cola Indústrias Ltda. - CCIL (a)	Holding societária
Rio Negro Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Gás Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
TPNR Gestão Patrimonial e Participações Ltda.	Holding societária
Sipasa Participações S.A.	Holding societária (Controladora)
Demais entidades - ligadas	

Beneficiários 3.661 3.481

Não beneficiários 705 81

(a) Os principais itens fabricados e comercializados pela Companhia são produzidos a partir de matérias-primas (concentrados) adquiridos exclusivamente da Refocafarma Indústria do Amazonas Ltda., subsidiária da CCIL. A Companhia participa do rateio de despesas promocionais e outras de interesse das marcas detidas pela CCIL. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas e outras partes relacionadas.

		31/12/2021		31/12/2020	
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Resultado					
Receita líquida					
(nota 23)					
Compras					
Despesa de juros					
(nota 27)					
Contas a receber					
Outras contas a receber					
(nota 6)					
Outras contas a pagar					
Empréstimos concedidos (b)					
Contas a pagar					
Outras partes relacionadas					
Juma	-	-	3.367	-	-
Rio Negro	-	-	50	-	-
4H Participações S.A.	-	-	5.177	-	131.653
BNB	62.738	50.696	8	666	8.727
Benevides	26	11.293	-	168	1
Carboman	-	10.740	-	-	1
	62.764	72.729	8	9.260	8.895
				49	564
				131.653	11.519
				1.840	10.008

(b) Saldo referente a Parcelamento da Lei nº 11.941, pagos de forma antecipada a consolidação dos pedidos de parcelamento, os valores serão compensados.

(c) Reconhecimento dos créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Processo nº 1000198-33.2016.4.01.3900). A Companhia reconheceu em 30 de junho de 2021, crédito tributário em ação judicial que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, no valor total de R\$78.113, sendo R\$50.139 de principal e R\$27.974 de atualização monetária. O crédito tributário foi constituído tendo em vista o julgamento de mérito proferido em maio de 2021 pelo Supremo Tribunal Federal no processo principal da matéria (ação de reconhecida repercussão geral - RE nº 574.706), em decisão favorável aos contribuintes.

11. Investimentos

Composição dos saldos

	31/12/2021	31/12/2020
Avaliados por equivalência patrimonial	2.741	3.270
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	(414)	1.168
Trop Frutas do Brasil Ltda.	3.155	4.438
	122	122

Outros investimentos mensurados ao custo amortizado

Movimentação dos saldos

	31/12/2019	Perda com equivalência patrimonial	31/12/2020	Perda com equivalência patrimonial	Baixa	31/12/2021
Leão (a)	4.478	(1.208)	3.270	(529)	-	2.741
Trop Frutas (b)	1.187	(18)	1.168	(544)	(210)	414
	5.665	(1.226)	4.438	(1.073)	(210)	3.155

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o investimento na Leão Alimentos e Bebidas Ltda. é de 0,42% (0,42% em 2020), sendo o patrimônio líquido e resultado do exercício desta investida de R\$652.367 e (R\$129.024) (R\$778.294 e R\$286.857 em 2020), respectivamente. (b) Em 31 de dezembro de 2021, o investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. é de 0,29% (0,29% em 2020), sendo patrimônio líquido e o prejuízo do exercício desta investida de R\$385.004 e (R\$187.586) (R\$400.390 e R\$6.506 em 2020), respectivamente.

12. Imobilizado

Taxa média de depreciação

	% a.a.	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Custo	-	10.804	-	-	-	10.804
Terrenos	-	42.747	-	-	-	42.747
Edificações	8%	254.951	1.101	(840)	122	255.214
Máquinas e equipamentos	8%	2.689	14.465	(3.037)	12.045	27.167
Computadores e periféricos	17%	2.689	687	-	-	3.376
Móveis e utensílios	10%	12.617	345	-	78	13.440
Garrafas e embalagens	17%	15.783	3.595	(7.075)	3.661	15.964
Benefetorias	5%	1.505	-	-	-	1.505
Veículos	12%	23.140	88	(219)	1.565	24.574
Congeladores	11%	43.489	7.347	(4.025)	-	46.811
Outros	9%	11.978	88	-	470	12.536
Imobilizado em andamento	-	3.896	20.882	(544)	(17.941)	6.242
		423.641	48.605	(15.740)	-	456.506

Depreciação acumulada

	31/12/2021	31/12/2020
Edificações	(19.746)	(1.412)
Máquinas e equipamentos	(119.696)	(14.813)
Computadores e periféricos	(1.524)	(375)
Móveis e utensílios	(5.897)	(1.187)
Garrafas e embalagens	(6.480)	(2.555)
Benefetorias	(1.426)	(22)
Veículos	(15.559)	(1.292)
Congeladores	(18.887)	(5.405)
Outros	(7.442)	(643)
	(196.657)	(27.704)

Provisão para impairment

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para impairment	(1.708)	(680)
Provisão para perdas	(633)	(258)
	(2.341)	(938)

Imobilizado líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado	224.643	19.963
Provisão para impairment	(2.341)	(938)
Provisão para perdas	-	-
	222.302	18.925

15. Fomecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fomecedores nacionais	62.763	42.346
Fomecedores risco sacado	8.523	14.619
Fomecedores partes relacionadas (nota 10)	11.519	12.097
	82.805	69.062

Não há incidência de juros e geralmente são liquidadas em prazos de 30 a 45 dias. Vide detalhes sobre o processo de gerenciamento do risco da Companhia na nota explicativa nº 29.

16. Empréstimos e financiamentos

Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ITAÚ - EMP.CAP.	1.617	4.377	5.994	1.617	4.984	6.601
BNDES - FINAME (a)	7.177	15.315	22.492	4.951	14.496	19.447
BASA - FNO (b)	724	3.743	4.467	724	4.467	5.191
	9.518	23.435	32.953	7.292	23.947	31.239

Movimentação

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	31.239	20.554
Captações	10.005	14.468
Juros apropriados	4.296	1.168
Amortização de principal	(8.291)	(3.783)
Juros pagos	(4.296)	(1.168)
Saldo final	32.953	31.239

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	-
2022	9.518	9.252
2023	14.853	14.853
2023 em diante	8.772	7.132

Sobre o saldo devedor incidem encargos de: (a) BNDES - FINAME: 1,78% TLP a.a. + 1,42% a.a. (geladeiras - Banco Itaú), 1,00% a.a. (Caminhões - Santander) 1,00% a.a. (Geladeiras - Santander) 1,00% a.a. e as parcelas serão pagas em um prazo de 12 a 60 meses; (b) BASA - FNO - 7,06% a 10,14% a.a., com vencimentos de janeiro de 2025 a junho de 2027; (c) BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. BASA - Banco da Amazônia. Garantias - Para os contratos de FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), são representadas pelos próprios bens objeto dos financiamentos, registrados no imobilizado. Para o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), a garantia oferecida é composta por terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos. **Cláusulas restritivas** - A Companhia não possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas em relação a *covenants* financeiros, e se manteve adimplente as cláusulas contratuais.

17. Imposto de renda e contribuição social

Diferidos:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social - ativo	6.298	6.298
Imposto de renda e contribuição social - passivo	(35.507)	(17.944)
Saldo líquido apresentado no passivo	(29.209)	(11.646)

A composição do imposto de renda e contribuição diferidos, e reconhecidos no resultado do exercício, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias:		
Ajuste de RTT depreciação	(4.478)	(557)
Provisão para contingências	367	487
Provisão para participação nos lucros (PLR)	(27)	1.881
Provisão para perdas de ativos	391	3.413
Reversão Prov Resultados Não Operacionais	(47.828)	-
Arrendamento Mercantil (CPC 06)	(151)	64
	(51.726)	5.288
	34%	34%
Imposto de renda = 15%	(7.759)	793
Imposto de renda adicional = 10% (a)	(5.149)	529
Contribuição social = 9%	(4.655)	476
	(17.563)	1.798

Na apuração do imposto de renda adicional diferido existe a dedução de base de cálculo conforme estabelecido na legislação. A composição da (despesa) receita com imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos é a seguinte:

Corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	(8.257)	(5.386)
Contribuição social	(2.972)	(1.883)
Incentivo fiscal do imposto de renda	219	85
	(11.010)	(7.184)

Diferido:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda	(12.908)	1.322
Contribuição social	(4.655)	476
	(17.563)	1.798
	(28.573)	(5.385)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	120.416	21.939
Alíquota vigente	34%	34%
	(40.941)	(7.459)

Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais

	4.631	5.515
Incentivo fiscal - ICMS	219	85
Incentivo fiscal - imposto de renda	31.367	(2.236)
Provisões não dedutíveis - receitas	-	(1.759)
Multa por auto de infração	-	(1.330)
Perdas por impairment	(6.286)	-
Outras adições e exclusões permanentes, líquidas	-	-
	(11.010)	(7.184)

Imposto de renda e contribuição social correntes

	9%	32,74%
--	----	--------

18. Parcelamentos tributários

Parcelamento especial - Lei nº 11.941/09 - Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de tributos denominado REFIS IV, instituído pela Lei 11.941/09, a qual, entre outros assuntos, trata do parcelamento de débitos tributários vencidos até 30 de novembro de 2008. Em função da adesão ao REFIS IV, a Administração da Companhia incluiu no parcelamento os saldos devedores de diversos débitos fiscais e de processos judiciais que se encontravam em curso no âmbito federal, cujos saldos devidos, líquidos dos descontos sobre os encargos (multas e juros) previstos na Lei 11.941/09 e das antecipações de pagamentos já realizadas até 31 de dezembro de 2010. O saldo devedor do parcelamento REFIS IV foi calculado com base nas regras emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB) até 31 de dezembro de 2010, as quais ainda carecem de esclarecimentos quanto aos critérios de atualização monetária, critérios de contagem das parcelas de parcelamento, critérios de inclusão de débitos parcelados anteriormente etc. Portanto, quando da consolidação do saldo a ser definitivamente incluído no Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (REFIS IV), é possível que ocorram alterações que impliquem em variação no saldo devedor contabilizado em 31 de dezembro de 2016. Considerando-se estas incertezas quanto ao programa de parcelamento REFIS IV, a Companhia adotou critérios conservadores na definição do saldo devedor e não espera variações relevantes em relação ao saldo contabilizado. No que se refere ao número prestações, a Companhia optou pelo pagamento do saldo devido em 30 meses, contados a partir de sua adesão ao REFIS IV (novembro de 2009). Tendo em vista que o parcelamento do REFIS IV refere-se a débitos originados em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2009, o valor do parcelamento devido naquela data foi ajustado à conta de lucros acumulados, e as atualizações monetárias após esta data foram debitadas ao resultado do exercício. **Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)** - Em 29 de setembro de 2017, a Companhia aderiu ao programa especial de regularização tributária (PERT), instituído pela medida provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 e estendido o prazo de adesão com a publicação da medida provisória nº 798 de 30 de agosto de 2017 e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711 de 16 de junho de 2017, a qual, entre outros assuntos, visa à redução dos processos em litígios tributários onde segundo as regras: (a) Os contribuintes poderão liquidar dívidas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vencidas até o dia 30 de abril de 2017. (b) O PERT possibilita o pagamento a vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a setembro de 2017 e o restante parcelado em até 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 40% das multas de mora, de ofício ou isoladas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui saldo de parcelamento conforme quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento especial - 11.941/09	-	2.747
Parcelamento - PERT	4.202	4.772
Parcelamento - IOF	1.307	1.681
	5.509	9.210

Circulante 944 3.661
Não circulante 4.565 5.549

Os montantes não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	-
2022	-	944
2023	944	944
2024	944	944
Após 2023	2.677	2.717
Total	4.565	5.549

19. Obrigações tributárias

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS a recolher	10.122	15.297
ISS a recolher	65	56
PIS a recolher	1.087	1.959
COFINS a recolher	5.017	4.430
INSS a recolher	1.259	1.356
Outros impostos a recolher (a)	1.127	1.103
	18.677	23.201

(a) Em 31 de dezembro de 2021 o valor é composto por: (i) imposto de renda e contribuição social retidos na fonte - R\$552; (ii) FGTS a recolher - R\$371; (iii) IPI - R\$333; e (iv) contribuições SESI e SENAI - R\$186.

20. Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros a pagar	14	14
Contas correntes com partes relacionadas (nota 10)	1.840	2.058
Outras contas a pagar (a)	7.695	4.057
	9.549	6.129

Circulante 6.400 6.129
Não circulante 3.149 -

(a) Em 31 de dezembro de 2021 o valor é composição R\$6.653 de contas a pagar diversas (R\$2.668 em 2020), R\$433 de adiantamento de clientes (R\$506 em 2020) e R\$600 de concessionárias de energia e comunicação e acordos comerciais (R\$883 em 2020).

21. Provisão para perdas em processos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, processos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Movimentação da provisão no exercício

	31/12/2020	Adição	Utilização	Reversão	31/12/2021
Tributárias	15	-	-	-	15
Cíveis e ambientais	97	61	(15)	(28)	115
Trabalhistas	860	1.686	(153)	(715)	1.678
	972	1.747	(168)	(743)	1.808

	31/12/2019	Adição	Utilização	Reversão	31/12/2020
Tributárias	15	-	-	-	15
Cíveis e ambientais	44	81	(28)	-	97
Trabalhistas	1.959	1.59	(1.257)	-	860
	2.017	240	(1.285)	-	972

Ações tributárias, cíveis e ambientais - As causas classificadas como de perdas possíveis representavam R\$84.352 (R\$303.051 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$1.167 Cível, R\$519 Trabalhista e R\$82.666 Tributário, para os quais nenhuma provisão foi constituída, com base nas práticas contábeis adotadas vigentes. Abaixo, destacamos os processos de maior relevância, cujos riscos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível: • Processo Tributário nº 66870620164013900: execução fiscal em face da falta/inequação de recolhimento de IRPJ, no valor de R\$58.759 (R\$56.711 em 2020). • Processo Tributário nº 10280722127201956: execução fiscal em face da restituição/compensação de recolhimento de INSS, no valor de R\$5.883. • Processo Tributário nº 36160001920200653: execução fiscal em face da falta/inequação de recolhimento de CSLL, no valor de R\$4.577.

22. Patrimônio líquido

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$430.668 (R\$430.668 em 31 de dezembro de 2021), representado por 52.266.000 ações ordinárias e nominativas no valor de R\$8,24 cada. A composição dos acionistas está apresentada a seguir: Em 31 de dezembro de 2020

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Sipasa Participações S.A.	30.023.600	57,44%
Juma Participações S.A.	19.526.000	37,36%
Apart Participações S.A.	2.428.800	4,65%
Rio Negro Gestão Patrimonial e Participações Ltda. (i)	287.600	0,55%
	52.266.000	100%

Em 31 de dezembro de 2021

Acionistas	Quantidade de ações	Participação %
Sipasa Participações S.A.	-	-
Juma Participações S.A.	-	-
Apart Participações S.A.	-	-
Rio Negro Gestão Patrimonial e Participações Ltda. (i)	-	-
4H Participações S.A.	52.266.000	100%

b) **Reservas de incentivos fiscais** - A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais federais e estaduais, conforme descrito em detalhes na nota explicativa 28. Devido a verificações legais, não é permitida a distribuição da parcela de lucros relativa a esses incentivos fiscais, razão pela qual são constituídas reservas no respectivo montante. Tais reservas só podem ser utilizadas para aumento de capital. c) **Destinação do resultado do exercício** - Segundo o Estatuto Social, o lucro do exercício terá a seguinte destinação: • 5% para constituição da reserva legal; • 25% para distribuição aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório; e • O saldo do lucro líquido terá a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as determinações legais aplicáveis. O Conselho de Administração poderá autorizar, ad referendum da Assembleia Geral, a distribuição de dividendos, relativos a lucros acumulados intermediários, por conta de resultado por período não encerrado ou, ainda, pagamento de juros sobre o capital próprio. A proposta de distribuição de dividendos inserida nas demonstrações financeiras para aprovação dos sócios na Assembleia Geral foi calculada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	91.624	16.553
(-) Reserva legal	(4.581)	(828)
(-) Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-
(-) Incentivos fiscais do ICMS	(13.622)	(5.513)

Base para distribuição 73.421 10.212

Dividendos mínimos obrigatórios

	18.355	2.553
--	--------	-------

% de distribuição

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, foram autorizados e pagos a distribuição antecipada de dividendos mínimos obrigatórios, no montante total de 4.126. Os dividendos antecipados propostos para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, serão

ratificados pela Assembleia Geral ordinária que ocorrerá em 28 de abril de 2022. d) **Reserva de hedge** - Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou a variação do valor justo dos instrumentos de proteção NDFs no valor de R\$ 532 e tem como saldo em 2021 (R\$ 247)

23. Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de venda		
Vendas de produtos - mercado	644.516	602.380
Venda de produtos - coligadas	62.764	44.652
Revenda de mercadorias - mercado	335.266	246.722
Revenda de mercadorias - coligada	1.062	2
	1.043.608	893.763

Deduções da receita

ICMS	(177.041)	(170.454)
Incentivo fiscal de ICMS	13.641	5.515
PIS	(16.280)	(13.633)
COFINS	(74.810)	(62.661)
IPI	(19.571)	(16.982)
Cancelamentos	(9.844)	(9.021)
Devoluções	(2.286)	(1.602)
	(286.191)	(268.838)
	757.417	624.925

24. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custo produtos vendidos (a)		
Custo dos produtos próprios - mercado	(268.048)	(238.201)
Custo dos produtos próprios - coligadas	(39.062)	(33.803)
	(307.110)	(272.004)

Custo mercadorias vendidas

Custo da revenda - mercado	(252.003)	(191.272)
Custo da revenda - coligadas	(430)	(2)
Custo outras vendas	(1.414)	(408)
	(253.847)	(191.682)
	(560.957)	(463.686)

(a) Custo produtos vendidos - classificados como:

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de produção		
Matéria-prima	(172.307)	(157.463)
Matéria de embalagem	(91.557)	(67.468)
Material auxiliar	(3.008)	(2.382)
Materiais consumíveis	(3.865)	(3.210)
Utilidades	(7.602)	(7.571)
Custos de conversão	(16.430)	(14.626)
Perdas	(1.002)	(754)
Gastos gerais de fabricação	(17.543)	(15.895)
Variação nas movimentações de estoques de produto acabado	6.204	(2.635)
Total	(307.110)	(272.004)

25. Despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Por natureza:		
Salários e ordenados	(30.557)	(24.638)
Encargos sociais	(11.871)	

Continuação COMPAR - Companhia Paranaense de Refrigerantes
 gerencial e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxas de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores SELIC, CDI e IPCA.

Efeito no resultado	2021	Cenário I Provável 2021 (1)	Cenário II (+25%) (1)	Cenário III (+50%) (1)
	Empréstimos obtidos - 10,14% a.a.	4.467	453	566
Empréstimos obtidos - 100% CDI + 2,74% a.a.	5.994	713	891	1.069
Empréstimos obtidos - SELIC + 6% a.a.	10.855	1.655	2.069	2.483
Empréstimos obtidos - IPCA + 4,45% a.a.	11.637	1.689	2.111	6.764
Impacto no resultado		4.510	5.637	4.724

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
SELIC	9,25%	11,56%	13,88%
CDI	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA	10,06%	12,58%	15,09%

Efeito no resultado	2020	Cenário I Provável 2020 (1)	Cenário II (+25%) (1)	Cenário III (+50%) (1)
	Empréstimos obtidos - 10,14% a.a.	5.181	525	525
Empréstimos obtidos - 100% CDI + 2,74% a.a.	6.586	318	352	386
Empréstimos obtidos - SELIC + 6% a.a.	2.821	228	243	257
Empréstimos obtidos - IPCA + 4,45% a.a.	16.650	1.279	1.414	1.548
Impacto no resultado		2.350	2.534	2.717

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
SELIC	2,08%	2,60%	3,13%
CDI	2,08%	2,60%	3,13%
IPCA	3,23%	4,04%	4,85%

Risco de preço dos produtos vendidos e dos insumos adquiridos - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos vendidos pela Companhia e dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços. Adicionalmente, o acordo com seu principal cliente prevê negociação de preços à medida que o equilíbrio econômico-financeiro das operações seja significativamente afetado pela oscilação nos preços dos principais insumos e custos produtivos. **Risco operacional** - O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta

Administração. A existência de sistemas de informação integrados e integros apoia a Administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **Instrumentos derivativos** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas nas quais essas transações são denominadas são Dólar Americano, decorrentes das transações decorrentes de aquisição de matérias-primas. A política de gestão de risco da Companhia é fazer *hedging* de 20% a 80% de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos 12 meses a qualquer momento. A Companhia utiliza contratos futuros para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço. Tais contratos são geralmente designados como hedges de fluxo de caixa. A Companhia designa o elemento spot do contrato de câmbio a termo como o instrumento de hedge do risco cambial, aplicando uma taxa de hedge de 1:1. Os elementos futuros dos contratos de câmbio a termo são excluídos da designação de instrumento de hedge e são contabilizados separadamente como custo de *hedging*, que é reconhecido no patrimônio líquido na reserva de custo de hedge. A política da Companhia é que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de hedge. A Companhia determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. A Companhia avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de hedge compense mudanças e se foi eficaz na compensação de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge utilizando o método de derivativo hipotético. Nessas relações de hedge, as principais fontes de ineficiência são: • Efeito do próprio risco de crédito da Companhia e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de hedge atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e • Mudanças no momento de realização das operações objeto de hedge.

30. Cobertura de seguros
 Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

31. Eventos subsequentes
Combinação de negócios com o Grupo Solar - Em 9 de agosto de 2021, a Solar Bebidas S.A. ("Companhia", e em conjunto com as suas controladas "Grupo Solar") e seus acionistas controladores celebraram um Contrato de Associação com a Sipasa Participações S.A. ("Sipasa" ou "Grupo Simões") e seus acionistas controladores ("Contrato de Associação"), aditado em 30.12.2021, que estabeleceu os termos e condições para a implementação da combinação dos negócios de bebidas das seguintes empresas: (a) de um lado, Refrescos Guararapes Ltda., Norsa Refrigerantes S.A. e Crystal Águas do Nordeste Ltda., subsidiárias do Grupo Solar que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da The Coca-Cola Company ("TCCC") e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken no Brasil a partir de fábricas e centros de distribuição localizados nos Estados do Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Goiás, do Maranhão, do Mato Grosso, da Paraíba, do Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Sergipe e do Tocantins; e, de outro (b) da Brasil Norte Bebidas S.A. ("BNB"), Benevides Águas S.A. ("Benevides") e COMPAR - Companhia Paranaense de Refrigerantes ("Compar"), empresas do segmento de bebidas do Grupo Simões que atuam na produção, no engarrafamento e na distribuição de bebidas do portfólio de produtos da TCCC e na distribuição de produtos do portfólio da Heineken nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima ("Combinação de Negócios"). A Combinação de Negócios foi implementada por meio da incorporação da Sipasa pela Companhia, nos termos dos artigos 223, 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/1976 ("Incorporação"). Em 10 de agosto de 2021, as administrações do Grupo Solar e da Sipasa celebraram o Protocolo e Justificação da Incorporação, que foi aditado em 26 de janeiro de 2022, e em 26 de janeiro de 2022, os acionistas da Companhia e os acionistas da Sipasa aprovaram a Incorporação em assembleias gerais de acionistas. Com a consumação da Combinação de Negócios em 26 de janeiro de 2022, o Grupo Solar emitiu novas ações que foram atribuídas aos acionistas da Sipasa. O número de ações emitidas pelo Grupo Solar foi calculado com base em uma relação de troca de 56,9677 novas ações ordinárias do Grupo Solar e 45,7772 novas ações preferenciais do Grupo Solar para cada 1 ação ordinária da Sipasa, de forma que os acionistas da Sipasa passaram a deter 19,3576% do capital social total da Companhia e a Renosa, a Solar.Br e MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda., em conjunto, passaram a deter os 80,6424% restantes. Os acionistas do Grupo Simões e a CCIL receberam na data de fechamento da Combinação de Negócios 451.234.431 ações de emissão do Grupo Solar. A relação de troca, negociada livremente entre as partes, era fixa e irrevogável, salvo na hipótese de: (a) implementação de desdobramento, grupamento, bonificação em ações, aumento de capital ou qualquer outro evento que impacte as premissas consideradas pelas partes para o estabelecimento dos percentuais acima indicados; e (b) para neutralizar o impacto de eventual declaração ou pagamento de dividendo, juros sob capital próprio ou qualquer outra distribuição de lucros ou redução de capital com restituição de ações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA


CONTADORA
 TATIANA NUNES SAMPAIO - CRC/AM 014243/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Compar - Companhia Paranaense de Refrigerantes S.A.**, Belém - PA
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Compar - Companhia Paranaense de Refrigerantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes** - As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 10 de setembro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro,

e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fortaleza, 29 de abril de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6. Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE.

Este documento esta firmado por

	Firmante	CN=DIARIOS DO PARA LTDA:04218335000131, OU=24840059000156, OU=Videoconferencia, OU=AR CERTIFICADORA DIGITAL SERVICOS INTELIGENTES, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, L=BELEM, ST=PA, C=BR
	Fecha/Hora	Thu Sep 01 15:27:10 BRT 2022
	Emisor del Certificado	CN=AC ONLINE RFB v5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
	Numero de Serie	1015138594148427761
	Metodo	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)
Nota	Certificado por DIARIO DO PARA e publicado em sua plataforma digital. Autenticidade pode ser verificada no QrCode ao lado ou no link: https://ee.dol.com.br/publicidadelegal	